

2015



**Comissão
Própria de
Avaliação**

CPA o que é

Prevista no art.11 da Lei do Sinaes;

Tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição.

É organizada em um ciclo avaliativo de 3 anos ao final do qual um relatório integral é produzido.

A cada ano é elaborado o Relato Institucional, que situa a IES em seu contexto avaliativo em cada ano, de maneira resumida e objetiva.

CPA o que é

Foi concebida pelo Ministério da Educação para ser os 'olhos' das sociedade e do MEC nas instituições conferindo qualidade, autogestão e diminuindo, assim, a demanda por avaliações in loco.

É independente dentro da Instituição.

Atua avaliando as necessidades, sugerindo melhorias para a direção e cobrando a realização destas.

Composição da CPA

Cinco públicos devem fazer parte e serem ouvidos pela CPA. Estes também configuram na constituição da equipe que realiza as avaliações enquanto representantes destes mesmos públicos:

**Docentes / discentes / funcionários /
comunidade / egressos**

Cada um desses públicos deve ser chamado a participar e ser ouvido.

Portaria n. 821/2009

As IES devem postar os relatórios de auto avaliação institucional no sistema e-mec até o dia 31 de março de cada ano.

Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 062 09 de outubro de 2014.

Define a estrutura dos Relatos Institucionais - RI

Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 09 de outubro de 2014.

Define que as avaliações devem abranger 5 eixos e define as especificidades dos relatórios PARCIAIS e INTEGRAL.

Define ciclo avaliativo de 3 anos no qual os dois primeiros geram relatórios parciais e o terceiro gera um relatório integral.

O que compõe a avaliação?

Avaliações Externas (Comissões MEC e Enade)

Analisar o que foi apontado nos relatórios emitidos por estas avaliações e sugerir melhorias em função disto.

PDI (Projeto Desenvolvimento Institucional)

Analisar se o que foi proposto no PDI está sendo implantado pela IES e, a partir daí, propor ações.

Avaliações Internas (Questionários Eletrônicos)

Aplicar e analisar o que foi apontado nos relatórios destas avaliações e sugerir melhorias em função disto.

Avaliação como instrumento de gestão

O PDI deve ser tomado como planejamento estratégico nos dizendo de onde a Instituição veio, onde ela está, e onde quer estar nos próximos anos (5).

Avaliação é um dos instrumento de gestão mais valiosos pois possibilita a melhoria e aprimoramento dos processos, ajudando a Direção a tomar decisões baseadas em sugestões geradas pelos relatórios da CPA.

Objetivos da Avaliação

Levantar deficiências, e aspectos fortes da IES.

Não basta só identificar os problemas, mas suas causas e as possibilidades para superação estabelecendo para tanto os meios e recursos para ação.

OS 5 EIXOS DE AVALIAÇÃO:

E01 - Planejamento e Avaliação Institucional

E02 - Desenvolvimento Institucional

E03 - Políticas Acadêmicas

E04 - Políticas de Gestão

E05 - Infraestrutura

Planejamento e Avaliação Institucional

Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.

Desenvolvimento Institucional

- A missão e o plano de desenvolvimento institucional.
- A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Políticas Acadêmicas

- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- A comunicação com a sociedade.
- Políticas de atendimento ao estudante.

Políticas de Gestão

- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Infraestrutura

- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação.

1ª Auto avaliação 2006

Constituição da primeira CPA em junho de 2004.

Encaminhamento ao INEP da proposta de auto avaliação em março de 2005.

Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES.

2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

1ª Auto avaliação 2006

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação.

Abril de 2006 envio do relatório de consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna.

Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

2ª Auto avaliação 2008

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de autoavaliação institucional, iniciada em 2004.

Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de autoavaliação do período set 2006-set 2008 e assim foi feito.

Alguns avanços foram verificados e a partir desta avaliação mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

3ª Auto avaliação 2009

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito.

Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório.

Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste.

Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

4ª Auto avaliação 2010

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico.

Verificou-se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011.

Verificou-se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

5ª Auto avaliação 2011

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados.

As questões dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam.

Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

6ª Auto avaliação 2012

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas.

As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus.

A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

7ª Auto avaliação 2013

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito.

A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância.

A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

8ª Auto avaliação 2014

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação.

No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

9ª Auto avaliação 2015

Em 2015 a CPA, adaptou-se ao preconizado pelo MEC em sua Nota Técnica de 09/10/2014 e, levando em conta o ano de 2014 como tendo gerado o último relatório Integral, elaborou seu primeiro relatório Parcial.

Em 2016 será gerado o segundo relatório Parcial.

Em 2017, o ciclo avaliativo de 3 anos será encerrado com a geração de um relatório Integral.

Foi a primeira vez, também, que foi elaborado o Relato Institucional.

Importantes avanços foram implantados em relação a 2014, como a reformulação da estratégia de marketing institucional.

Regime de trabalho da Comissão 2015/16

Reuniões de trabalho aconteceram na sala de reuniões do PAC e na sala da CPA ao longo do ano onde foram definidos os cronogramas de 2016, foi planejada a divulgação dos resultados e da própria CPA e analisados os dados obtidos para elaboração do relatório.

Cronograma anual 2015

MÊS	ACÕES	REUNIÕES
Janeiro		
Fevereiro		
Março		Nomeação de novos membros, quando necessário. Definição de ações a serem divulgadas. Pedido de elaboração de campanhas (resultados e sensibilização)
Abril	Veiculação da campanha de Ações realizadas em função dos resultados do ano anterior.	Análise das avaliações externas que ocorreram até esta data.
Maiο		Entrega de relatório preliminar baseado nas avaliações externas.
Junho		Análise dos questionários de pesquisa utilizados no ano anterior e proposta de alterações, caso necessário.
Julho		
Agosto	Veiculação da campanha de sensibilização.	
Setembro	Aplicação dos questionários de pesquisa.	Primeira análise das respostas dos questionários aplicados neste ano, confecção de esboço do relatório.
Outubro		Entrega do relatório final (preliminar externo + interno) Pedido de campanha de divulgação resultados obtidos com a pesquisa.
Novembro	Veiculação da campanha de divulgação dos resultados do relatório do ano corrente.	
Dezembro		Definição de cronograma do ano seguinte. Comunicação de desligamento de componentes, quando necessário.